



PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DAS PEDAGOGAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: IMPACTOS NA SAÚDE OCUPACIONAL¹

Precarization of pedagogues' work in Professional And Technological Education: impacts on occupational health

SILVA, Marluce Rodrigues Pego da²

OLIVEIRA, Walas Leonardo de³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a relação entre a precarização do trabalho das pedagogas que atuam na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e o adoecimento ocupacional vivenciado por essa categoria. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, que articula revisão de literatura e trabalho de campo, realizado em dois IFs da região Sudeste. A relevância da investigação justifica-se, entre outros aspectos, pela lacuna na produção científica acerca do trabalho das pedagogas na EPT, especialmente no que se refere aos seus desafios, às suas causas e às suas implicações para a saúde. Os resultados evidenciam que tal precarização — particularmente a falta de reconhecimento por parte de docentes e gestores — está associada a processos de insatisfação profissional e ao adoecimento ocupacional, sobretudo de natureza psíquica.

Palavras-chave: Educação Profissional. Institutos Federais. Pedagogas. Precarização do trabalho. Adoecimento no trabalho.

ABSTRACT

This article aims to analyze the relationship between the precarization of the work of pedagogues working in Professional and Technological Education (EPT) at the Federal Institutes of Education, Science, and Technology (IFs) and the occupational illness experienced by this professional group. This is a qualitative study that combines a literature review with fieldwork conducted at two IFs in the Southeast region of Brazil. The relevance of this study is justified, among other factors, by the gap in the scientific literature on the work of pedagogues in EPT, particularly regarding its challenges, underlying causes, and implications for health. The findings indicate that such precarization—especially the lack of recognition from faculty and administrators—is associated with processes of professional dissatisfaction and occupational illness, particularly of a psychological nature.

Keywords: Vocational Education. Federal Institutes. Pedagogues. Precarious work. Occupational Illness.

¹ O presente texto não foi apresentado ou publicado, anteriormente, em encontros e/ou outros eventos científicos; a pesquisa que o originou passou pela avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) das duas instituições nas quais ocorreu a coleta de dados, sendo aprovada sob os números: 7.114.213 (IF Sul de Minas) e 6.977.573 (IFSP); é resultante da pesquisa de iniciação científica *A precarização do trabalho das pedagogas da Educação Profissional e Tecnológica de institutos federais de educação, ciência e tecnologia*, desenvolvida no Campus Campos do Jordão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP); recebeu apoio (bolsa de IC) do IFSP, por meio do PIBIFSP 2024.

² Graduação em Pedagogia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Campus Campos do Jordão. E-mail: mirandafurtuoso@gmail.com.

³ Doutor em Educação. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. E-mail: matilde@ufsj.edu.br.

INTRODUÇÃO

A EPT tem passado por uma expansão significativa, especialmente a partir de 2008, com a criação dos IFs. Essa expansão tem representado não apenas um aumento do número de vagas para os diferentes cursos ofertados, mas também de profissionais, inclusive pedagogos. Contudo, esses profissionais têm chegado aos IFs sem uma formação específica para atuarem na EPT já que, no geral, os cursos de licenciatura em Pedagogia não dão ênfase nessa modalidade da educação. Somado a isso, os IFs são instituições recentes, portanto ainda sem uma identidade bem definida, o que também pode apresentar desafios para a atuação desses trabalhadores (Fonseca; Oliveira, 2020).

Carrijo, Cruz e Silva (2016), bem como Fonseca e Oliveira (2020) perceberam que os pesquisadores que investigam o trabalho dos pedagogos no Brasil, até o momento, têm se debruçado, na maior parte das pesquisas, sobre o trabalho desses profissionais na escola regular de Educação Básica. Sendo assim, ainda são escassos os estudos que investigam esse trabalho no contexto da EPT, particularmente seus desafios, causas e implicações para a saúde. Ademais, como demonstraremos na seção seguinte, depois de busca sistemática em quatro plataformas de artigos, dissertações e teses, obtivemos apenas sete pesquisas que tratavam, especificamente, do trabalho de pedagogos na EPT (Arruda, 2022; Carrijo; Cruz; Silva, 2016; Carvalho, 2014; Cezar, 2014; Cezar, 2021; Lorenzet; Zitzkoski, 2017; e Ribas, 2023).

Partimos da hipótese de que a precarização do trabalho dos pedagogos, particularmente a falta de reconhecimento da importância do seu trabalho, no contexto da EPT, tem os levado ao limiar do adoecimento ocupacional (Lima, 2015). Trabalhamos com a perspectiva de que uma categoria profissional, mesmo com formação superior, plano de carreira que permite o efetivo desenvolvimento funcional e condições adequadas de trabalho no plano objetivo, ainda assim pode possuir um trabalho precário no plano simbólico, isto é, da atribuição de valor, seja por pares ou superiores (Vargas, 2016).

A pesquisa realizada possui relevância científica e social. Científica, pois poderá contribuir para o preenchimento da lacuna já apontada; e social, visto que seus resultados poderão subsidiar políticas voltadas para a formação inicial e continuada de pedagogos, bem como ações para uma efetiva valorização desses trabalhadores.

A pesquisa teve como questão central: qual é a relação entre a precarização do trabalho dos pedagogos que atuam na EPT de IFs e o adoecimento ocupacional vivenciado por essa categoria profissional? Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com revisão da literatura - a qual não teve a pretensão de esgotar toda a produção existente sobre o tema - e trabalho de campo, realizado em dois IFs da Região Sudeste, por meio de questionário digital.

Este artigo está dividido em quatro partes. A primeira apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa que originou este texto. A segunda seção caracteriza as pedagogas⁴ que responderam ao questionário. A terceira apresenta e discute os principais elementos da precarização do trabalho das pedagogas. E, por fim, a quarta apresenta e discute alguns elementos do processo de adoecimento dessas profissionais.

⁴ Quando nos referirmos aos sujeitos da pesquisa, utilizaremos sempre o feminino visto que todas as pedagogas que responderam ao nosso questionário eram mulheres.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Realizamos pesquisa qualitativa, do tipo revisão da literatura com natureza descritivo-analítica e uso da estatística descritiva simples como ferramenta de análise dos dados. De acordo com Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa qualitativa pode ser compreendida como a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados, na qual há uma preocupação em interpretar seus aspectos mais profundos e suas complexidades.

Buscamos artigos, dissertações e teses nas plataformas Scielo, periódicos CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Banco de Teses e Dissertações da CAPES, com o marco temporal de 2014 a 2023. Adotamos cinco combinações de descritores: Pedagogo "AND" Educação Profissional; Trabalho "AND" Pedagogo "AND" Educação Profissional; Trabalho "AND" Pedagogo "AND" Instituto Federal; Trabalho "AND" Pedagogos "AND" Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia "AND" Educação Profissional; e Pedagogo "AND" Instituto Federal. No total, em todas essas plataformas, retornaram 449 produções, distribuídas da seguinte maneira: Scielo (8); periódicos CAPES (192); BDTD (176); e Banco de Teses CAPES (73). Após leitura e análise dos títulos, resumos e palavras-chave, decidimos pela leitura integral de sete trabalhos: três artigos, duas dissertações e duas teses (Arruda, 2022; Carrijo; Cruz; Silva, 2016; Carvalho, 2014; Cezar, 2014; Cezar, 2021; Lorenzet; Zitkoski, 2017; e Ribas, 2023).

Para a pesquisa empírica, utilizamos, como instrumento de coleta de dados, um questionário digital. O questionário, como aponta Gil (2011), é uma ferramenta que viabiliza a coleta de informações sobre uma realidade, de forma relativamente rápida e possibilitando um grande número de respostas, sem a necessidade da presença do pesquisador.

De acordo com Faleiros *et al.* (2016), questionários digitais têm sido cada vez mais utilizados e apresentam um benefício notório: “as pesquisas pela *internet* proporcionam maior praticidade e comodidade aos participantes do estudo, podendo resultar na melhora do número de respostas obtidas (Faleiros *et al.* 2016, p. 5).”

No caso específico do questionário adotado nesta pesquisa, a ferramenta foi elaborada na plataforma *Google Forms* e enviada para os sujeitos por meios digitais. Para tanto, buscamos os correios eletrônicos das pedagogas no *site* de cada campus das duas instituições escolhidas para a pesquisa, Instituto Federal de São Paulo (IFSP) e Instituto Federal do Sul de Minas (IF Sul de Minas). O referido questionário ficou disponível por 51 dias, de 03 de outubro a 22 de novembro de 2024.

O questionário enviado continha dezenove perguntas, divididas em duas seções: dados de caracterização (sete perguntas) e elementos do trabalho e saúde (doze perguntas). A intencionalidade principal das perguntas, especialmente da segunda seção, era desvendar possíveis relações entre a precarização do trabalho das pedagogas e seu adoecimento ocupacional.

Obtivemos 37 questionários respondidos. Deste total, dez questionários foram descartados por não se adequarem ao escopo da pesquisa, resultando, ao final, em 27 questionários respondidos por pedagogas das duas instituições.

A caracterização dessas pedagogas será o tema da próxima seção.

CARACTERIZAÇÃO DAS PEDAGOGAS

Quanto ao sexo, todas as pedagogas que responderam ao questionário digital eram mulheres. O questionário continha três possibilidades de resposta: masculino (cisgênero), feminino (cisgênero) e outro. As 27 respondentes assinalaram “feminino”. Esse dado dialoga com outras pesquisas que também tratam da feminização do magistério e de profissionais da educação (Cezar, 2014; Fonseca, 2017).

Segundo Fonseca (2017), o processo de feminização do magistério teve sua origem no controle da sexualidade das mulheres. Com o objetivo de mantê-las longe de “perigos externos”, as mulheres foram inseridas no mundo do trabalho educacional sob a justificativa de que possuíam características inatas para o cuidado de crianças. Entretanto, essa era apenas uma forma de induzi-las a aceitarem salários menores que os homens.

Fazer acreditar que tais características eram inatas, que por natureza pertenciam às mulheres e por isso justificariam um salário menor, ou ainda associar o exercício da docência ao sacerdócio relacionando-o a uma característica especificamente feminina, são exemplos de mecanismos de legitimação de lugares determinados para as mulheres que as ligue a uma missão que lhes pertence em função do seu sexo (Fonseca, 2017, p. 82).

A respeito da faixa-etária, as pedagogas possuíam idades entre 24 e 64 anos. Logo, 40 anos separavam a pedagoga mais jovem da mais idosa. Isto demonstra uma pluralidade de sujeitos, em termos etários, trabalhando como pedagogas em dois importantes IFs. A maioria das pedagogas, 81,4%, tinham idades entre 34 e 58 anos. ou seja, a grande maioria das respondentes eram profissionais mais maduras.

Quanto ao tempo de experiência no cargo de pedagoga, em anos, constatamos desde pedagogas com menos de um ano até profissionais com 20 anos. Das 27 respondentes, a maior parte, 62,9%, possuíam entre sete e 14 anos de experiência. Logo, eram pessoas com relativa experiência como pedagogas de instituto federal.

Quanto à titulação das 27 respondentes, observamos que 59,2% da amostra era portadora do título de Mestre. Nos extremos opostos, havia uma com apenas graduação e outra com pós-doutorado. Esse dado, a alta titulação das pedagogas da EPT, observado em nossa pesquisa, pode ser corroborado também em outro trabalho, Fonseca e Oliveira (2020), pois tais autores constataram, em sua pesquisa, que a maioria das entrevistadas, (55,6%), possuíam pós-graduação *stricto sensu*. Essa informação demonstra a alta titulação das pedagogas participantes de ambas as pesquisas, o que é relevante, visto que trata-se de uma profissão com muitas especificidades, algumas delas bastante complexas.

ELEMENTOS DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DAS PEDAGOGAS

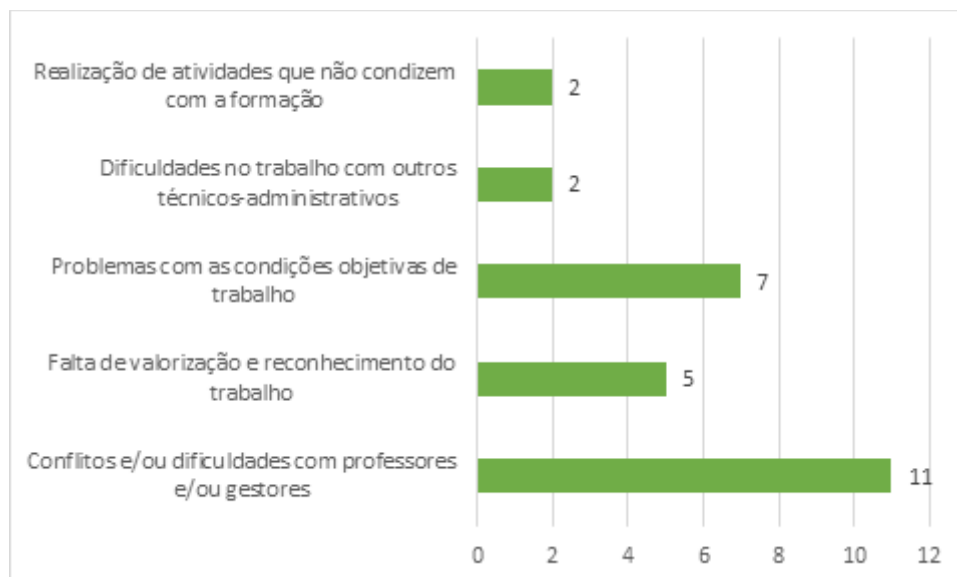
A primeira questão do bloco de perguntas relacionadas à precarização do trabalho das pedagogas buscava saber qual era o maior problema/desafio enfrentado por elas no seu cotidiano de trabalho como profissional da educação de um instituto federal. As respostas possuíam opções relacionadas a conflitos e/ou dificuldades com professores e gestores; falta de valorização e reconhecimento do trabalho; problemas relacionados às condições objetivas de trabalho (remuneração, plano de carreira, intensificação do trabalho etc.); dificuldades no trabalho com outros técnicos-administrativos; e realização de atividades que não condizem com a formação do pedagogo.

A análise dos dados indica que a maioria das pedagogas enfrenta problemas e desafios relacionados a professores e/ou gestores. Neste sentido, 40,7% da amostra assinalou tal opção. Em seu estudo, Carvalho (2014) argumenta que, embora a resistência entre esses

profissionais tenha diminuído ao longo do tempo, ainda existem conflitos e rejeições à pedagogia e seus profissionais por parte de alguns docentes da EPT, especialmente os das áreas mais técnicas.

Os dados sobre o maior problema e/ou desafio enfrentado pelas pedagogas podem ser visualizados no Gráfico 1:

Gráfico 1 - Maior problema e/ou dificuldade enfrentado pelas pedagogas



Fonte: Elaboração própria.

Outro desafio muito assinalado pelas pedagogas, 25,9% do grupo, foi a opção relacionada a problemas com as condições objetivas de trabalho. Este dado surpreendeu os pesquisadores pois, afinal, os técnicos administrativos em educação, de nível E (superior) possuem um consolidado plano de carreira, estabelecido pela Lei nº 11.091, de 11 de janeiro de 2005, Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) (Brasil, 2005). Segundo o anexo IV desse documento, por exemplo, os técnicos administrativos com nível superior (E), portadores do título de mestre, caso da maior parte da amostra desta pesquisa, recebem 52% a mais de incentivo de qualificação sobre o vencimento base. Já os técnicos administrativos com doutorado recebem 75% a mais sobre o vencimento base. Logo, trata-se de uma carreira que proporciona incentivos à qualificação.

Talvez um quarto da amostra tenha assinalado problemas relacionados às condições objetivas de trabalho por dois motivos: a) primeiramente, porque esta opção colocava como elementos explicativos do que se estava chamando de “condições objetivas” a intensificação do trabalho e a infraestrutura física da instituição; e b) devido à greve realizada em 2024, majoritariamente por técnicos administrativos. Dito de outra maneira, é possível que um quarto das respondentes tenha marcado tal opção em razão da elevada carga de trabalho e do fato de atuarem em uma autarquia federal — os IFs — que, geralmente, apresenta problemas de infraestrutura, além do contexto de uma greve recente, iniciada e conduzida predominantemente por técnicos administrativos em busca de maior valorização.

Outra importante pergunta do questionário visava saber qual era o principal elemento causador do problema relatado na questão anterior. O que foi mais apontado foi a falta de conhecimento, por parte de professores e gestores, da importância do trabalho do pedagogo na EPT, com 33,3% da amostra. Este dado revela, com base nos resultados da questão anterior, o grande desafio que essas profissionais enfrentam em relação ao convívio com professores e gestores,

elemento observado na pesquisa teórica, particularmente em dois trabalhos analisados (Carrijo, Cruz e Silva, 2016; Fonseca e Oliveira, 2020).

Além das relações conflituosas já mencionadas e a falta de formação inicial, a pedagoga que atua na EPT também precisa lidar com a extensa carga horária, que geralmente extrapola oito horas diárias, estendendo-se para além de sua jornada de trabalho, ou seja, para sua vida doméstica, como relatado por uma das entrevistadas da pesquisa de Cezar (2021, p. 183): “Você sai do trabalho, mas você continua trabalhando”.

A próxima pergunta buscava compreender se as pedagogas da EPT passam, com frequência, por episódios de desvalorização. A pergunta tinha três opções de respostas: a) sim, frequentemente; b) sim, esporadicamente e; c) não. A análise das respostas coletadas demonstra que 88,8% das pedagogas que responderam ao questionário passam, ou já passaram, por algum episódio de desvalorização, e apenas 11,1% assinalaram “não”. Cezar (2014, p. 132) apresenta alguns relatos de pedagogas que evidenciam o desprezo de colegas e o cotidiano perturbador e conflituoso em que muitas vezes essas profissionais se veem submetidas. São falas como: “Tinha que ser coisa de pedagoga” ou ainda a caracterização destas profissionais como “professorinhas”.

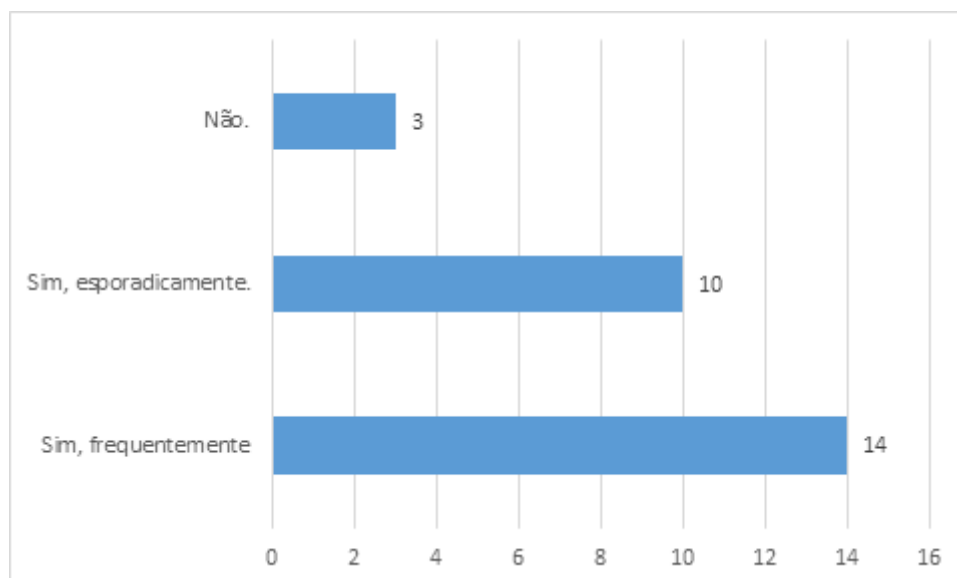
A quase unanimidade das respostas afirmativas da pesquisa empírica, além dos dados da pesquisa teórica, confirmam que as pedagogas da EPT são constantemente desvalorizadas, seja por colegas técnico-administrativos ou por professores/gestores. Segundo Carvalho (2014), historicamente, a pedagoga era vista como um agente fiscalizador e controlador do trabalho docente, fato este que teria causado, ao longo do tempo, conflitos entre professores e pedagogos. Esse histórico pode ser um dos motivos para a resistência encontrada por essas profissionais junto aos seus colegas docentes até os dias de hoje. Neste sentido, alguns dados da pesquisa de Carrijo, Cruz e Silva (2016, p. 9) são bastante ilustrativos:

Quanto à relação entre pedagogos técnicos e docentes, todos os trabalhos apontam para uma dualidade ou discordância das partes, havendo dificuldades nas relações, embora, alguns trabalhos apontem para um caminho de superação. Alguns também apontam que esse desconforto na relação de trabalho advém da construção histórica negativa da supervisão escolar, da qual o pedagogo se ocupa na maioria das vezes nos institutos.

Libâneo (2018) argumenta que a pedagogia é uma ciência autônoma cujo objeto é o fenômeno educativo, sob suas mais diferentes formas; e a existência do pedagogo se justifica pela necessidade de compreender, organizar e intervir nessas práticas de modo intencional e crítico na sociedade. Contudo, muitas vezes os professores interpretam essas intervenções, realizadas pelos pedagogos em suas práticas docentes, como intromissão, invasão e risco à sua autoridade, levando a possíveis conflitos entre esses profissionais.

Os dados sobre essa questão podem ser observados no Gráfico 2:

Gráfico 2 - Frequência de episódios de desvalorização



Fonte: Elaboração própria.

Ainda relacionada aos episódios de desvalorização, a próxima pergunta era sobre quem seria o maior responsável por desvalorizar o trabalho das pedagogas. Seis pedagogas preferiram não responder essa questão. Das demais, 61,9% disseram que o profissional que mais desvaloriza o trabalho das pedagogas, são os professores.

A desvalorização sofrida por essas profissionais ocorre no plano simbólico, e esta pode ser compreendida como uma espécie de violência simbólica. Segundo Bourdieu (2010), violência simbólica é aquela que acontece de forma dissimulada, suave, insensível e, às vezes, invisível e consentida pelas próprias vítimas, as quais, não raras vezes, podem possuir grande admiração pela pessoa do agressor.

Ainda sobre a desvalorização do trabalho das pedagogas por parte dos professores da carreira da Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT), temos, como outra hipótese explicativa de tal desvalorização, para além do já apontado mais acima, o fato das pedagogas serem mulheres. No contexto da EPT nos IFs, de acordo com Oliveira (2022), a maior parte dos professores são homens e bacharéis. Logo, trata-se de um corpo docente majoritariamente técnico, com pouca ou nenhuma formação pedagógica. São engenheiros, arquitetos, analistas de sistema, contadores e de várias outras origens profissionais não vinculadas a cursos de licenciatura. Professores homens que, ainda conforme Oliveira (2022), muitas vezes passaram longos anos trabalhando na indústria ou no comércio antes de entrarem na área educacional. Assim, trazem desses outros contextos produtivos, hegemonicamente masculinos, o preconceito em relação ao trabalho da mulher. Logo, podemos dizer se tratar, aqui, de uma violência simbólica de gênero, isto é, um tipo de desprezo pelo trabalho das pedagogas pelo fato dessas trabalhadoras serem mulheres (Maia; Quirino, 2021).

Na pesquisa de Fonseca (2017), há relatos bastante esclarecedores no que se refere às dificuldades enfrentadas por essas profissionais:

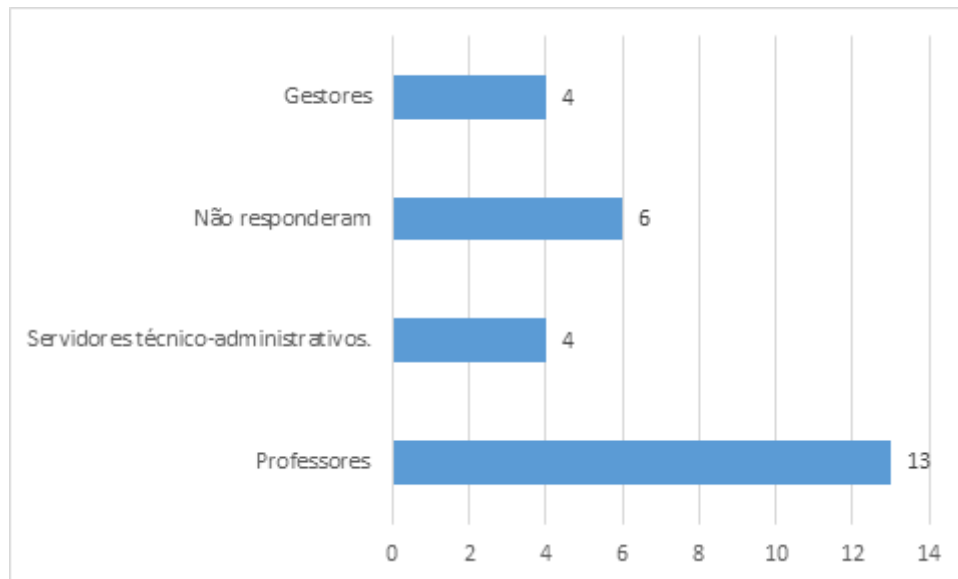
A gente tem que matar leões para conquistar espaços enquanto mulheres. (Clara Camarão) A metáfora do matar leões é bem apropriada, ela pode ser entendida como enfrentar a empáfia daqueles que se sentem reis naquele espaço. E é essa a rotina das pedagogas: empenhar-se com afinco, arregalar os olhos, perceber o que ocorre no entorno, catar e segurar oportunidades, pois as oportunidades surgem, mas requer um empenho gigantesco (Fonseca, 2017, p. 153).

Neste sentido, é preciso discutir, mesmo que rapidamente, alguns pontos em torno dos conceitos de relações de gênero e relações sociais de sexo.

Segundo Louro (2014), a escola não é um espaço neutro, mas sim um dispositivo que produz, regula e legitima normas de gênero e sexualidade. Para esta autora, toda prática educativa é atravessada por relações de poder. E os homens têm sido, segundo a autora, os responsáveis pelo estabelecimento de uma ordenação simbólica, em diferentes espaços sociais, inclusive na escola, nos quais o feminino é associado ao delicado, emocional, passivo e outros adjetivos, consciente ou inconscientemente, pejorativos. Por outro lado, aos homens são associadas as ideias de racionalidade, força e atividade. Logo, podemos entender os desafios pelos quais passam as pedagogas em uma modalidade da educação majoritariamente masculina.

Por sua vez, relações sociais de sexo, de acordo com Hirata e Kergoat (2020), dizem respeito a relações hierarquizadas e desiguais entre homens e mulheres no contexto do trabalho. Enquanto o conceito de relações de gênero parte de assimetrias entre homens e mulheres em diferentes espaços sociais, relações sociais de sexo se referem a desigualdades entre homens e mulheres no contexto específico do trabalho, desigualdades essas que, em geral, são baseadas em preconceitos e visões estigmatizadas sobre as capacidades produtivas da trabalhadora mulher. Assim, pensamos que, para além do evento histórico das pedagogas no passado terem assumido a função de fiscalizadoras e supervisoras do trabalho docente, as relações sociais de sexo no contexto da EPT, uma modalidade educacional marcadamente masculina, podem também explicar a desvalorização do trabalho das pedagogas pelos professores. Os dados desta pesquisa sinalizam para o fato de que, talvez para os professores dos IFs, o trabalho pedagógico, realizado por mulheres, valha menos que o mesmo trabalho realizado por um homem, mas tal hipótese precisaria ser confirmada por outros estudos, inclusive pesquisas que comparassem o valor atribuído pelos professores da EPT ao trabalho pedagógico feminino e masculino.

Gráfico 3 - Principais responsáveis pela desvalorização



Fonte: Elaboração própria.

Enfim, sobre as assimetrias entre homens e mulheres no contexto específico dos IFs, é preciso lembrar, com base em Louro (2014), que existe a possibilidade da resistência e transformação, mesmo em um ambiente hegemonicamente masculino, pois educar deve ser mais do que preparar para o mercado de trabalho, implica também participar da produção de identidades de gênero. Portanto, deve ser papel dos trabalhadores e trabalhadoras de tais instituições tornar essa produção crítica e politicamente consciente.

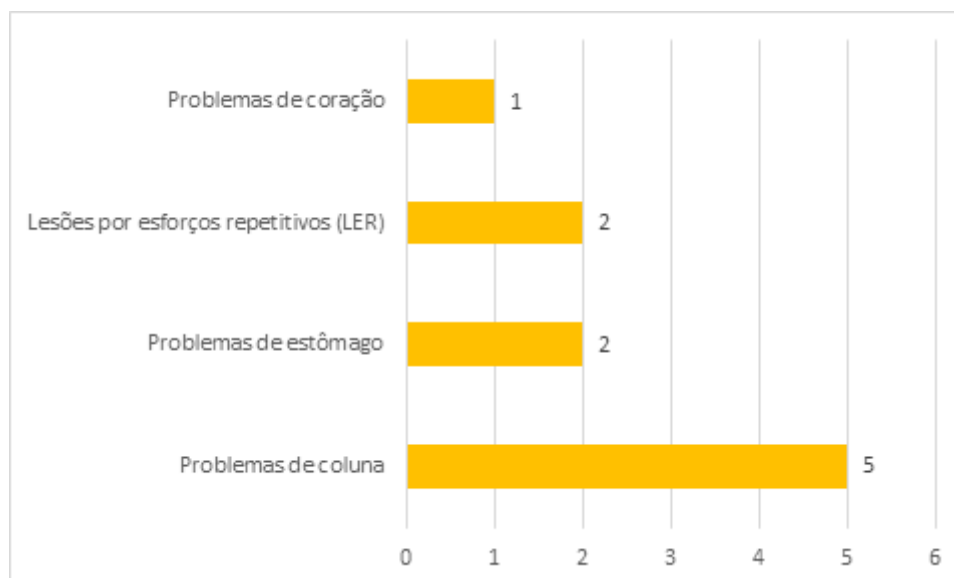
A partir da próxima seção, serão analisadas questões relacionadas à saúde das pedagogas da EPT. Os pesquisadores buscaram compreender, através das perguntas do questionário, quais doenças, de ordem física ou emocional, mais afetam essas mulheres e quais medidas elas tomam para lidar com essas doenças.

ELEMENTOS DO PROCESSO DE ADOECIMENTO DAS PEDAGOGAS

As duas próximas questões estão relacionadas às doenças físicas que podem ter sido ocasionadas devido à precarização do trabalho. A primeira buscou compreender se as pedagogas sofrem, ou já sofreram, com algum problema dessa ordem. Segundo as respostas obtidas, 62,9% afirmaram não ter sofrido com nenhuma doença física. Nessa questão, 29,6% das pedagogas disseram que sim.

O Gráfico 4 demonstra quais são as doenças apontadas por 29,6% das pedagogas (que responderam afirmativamente à questão anterior), e incluem as doenças sinalizadas por 7,4% das pedagogas (que disseram não ter certeza se a doença vivenciada por elas havia sido causada pelo trabalho). Problemas de coluna foram os mais relatados pelas pedagogas, correspondendo a 50% das respondentes.

Gráfico 4 - Doenças físicas que podem estar relacionadas ao trabalho



Fonte: Elaboração própria.

Esta maior taxa de problemas de coluna provavelmente se relaciona ao fato de o pedagogo ser um profissional que passa longos períodos sentado, trabalhando com computador. Em pesquisa recente, Santos e Neta (2025) revelaram que profissionais que passam muitas horas por dia sentados têm alta incidência de distúrbios osteomusculares, lombalgia e cervicalgia, patologias estas exacerbadas por posturas e mobiliários inadequados, bem como pela ausência de ginástica laboral.

Seguindo com a apresentação dos dados do questionário, buscamos compreender a frequência e o tipo de doenças, de ordem psicológica, que as pedagogas da EPT assinalaram. Inicialmente, almejávamos compreender se essas profissionais passam, ou já passaram, por alguma doença de ordem psicológica que pode ter sido causada por problemas relacionados ao trabalho. Nesse sentido, 59,2% responderam afirmativamente. Este é um resultado importante, visto que mais da metade das pedagogas estão ou já estiveram doentes por causa do trabalho, enfermidades essas de caráter psicológico/psiquiátrico.

Ribas (2023) argumenta que, além da evidência da rotina engessada, do trabalho precarizado e da sensação de incapacidade de promover qualquer tipo de mudança no seu campo de atuação, fica explícito que pedagogos sofrem com a exaustão emocional causada pelo trabalho e que com o passar do tempo, essas manifestações vêm se tornando cada vez mais frequentes.

Reiteramos que durante a nossa trajetória na instituição há mais de vinte e nove anos, temos percebido a instalação progressiva de manifestações reais de angústia, cansaço e desânimo por parte dos colegas pedagogos. Esses sentimentos estão ficando latentes, seguido de desvalorização da nossa categoria profissional de forma cada vez mais expressiva causando em nosso trabalho a sensação de um fardo penoso a se carregar. Para cada um restou apenas o trabalho isolado e solitário. Remanescentes, passamos a nos conformar quase que inconscientemente com a rotina engessada que se apresentou como forma de sobrevivência e adaptação, adotando uma postura muitas vezes passiva que sabemos que reforça os interesses das políticas neoliberais presentes no sistema educacional brasileiro (Ribas, 2023, p. 121).

Os relatos encontrados no trabalho de Cezar (2014, p. 145) também evidenciam os desgastes psicológicos sofridos por essas trabalhadoras: “dar conta de tudo”, “um profissional habilitado,

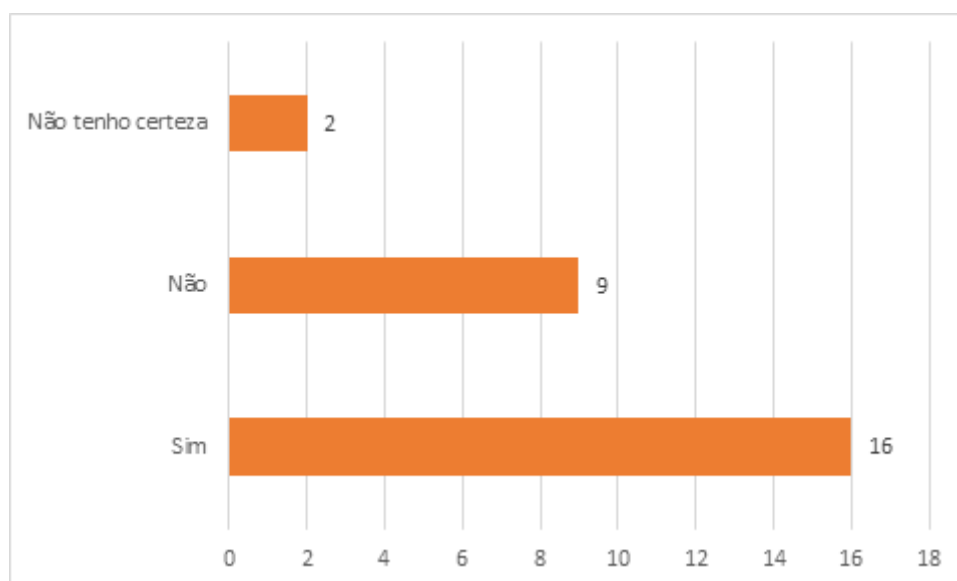
apto a fazer tudo”- ironicamente. Além de falas do tipo “muitas vezes não me reconheço no meu próprio trabalho” ou “quem sou eu”?

O pedagogo, em meio a conflitos e à constante necessidade de provar seu valor, torna-se um profissional exausto e desmotivado, conseqüentemente predisposto ao adoecimento mental. Em Ribas (2023, pp. 127-128) também aparece tal necessidade e os impactos que ela ocasiona:

Outra questão análoga, advinda da própria cultura organizacional da instituição, como afirma Margarida, recai sobre o fato de que ‘os saberes que trazemos de nossa formação, são contestados aqui. Temos sempre a necessidade de provar isso diariamente’. Esse pensamento de Margarida também corrobora o que nos traz Girassol, quando diz: ‘Para desenvolver o nosso trabalho precisamos enfrentar um leão por dia. Diante das coisas mais simples, sempre recebemos muitos questionamentos. Temos que provar que somos importantes o tempo todo. Isso é desgastante, muito cansativo’.

Os resultados das pesquisas de Carrijo, Cruz e Silva (2016), Cezar (2014), Fonseca e Oliveira (2020) corroboram os dados aqui observados, isto é, que as pedagogas da EPT estão constantemente submetidas à um ambiente potencialmente adoecedor, seja pelo excesso de atribuições, ausência de formação e, especialmente, pela falta de reconhecimento do seu trabalho.

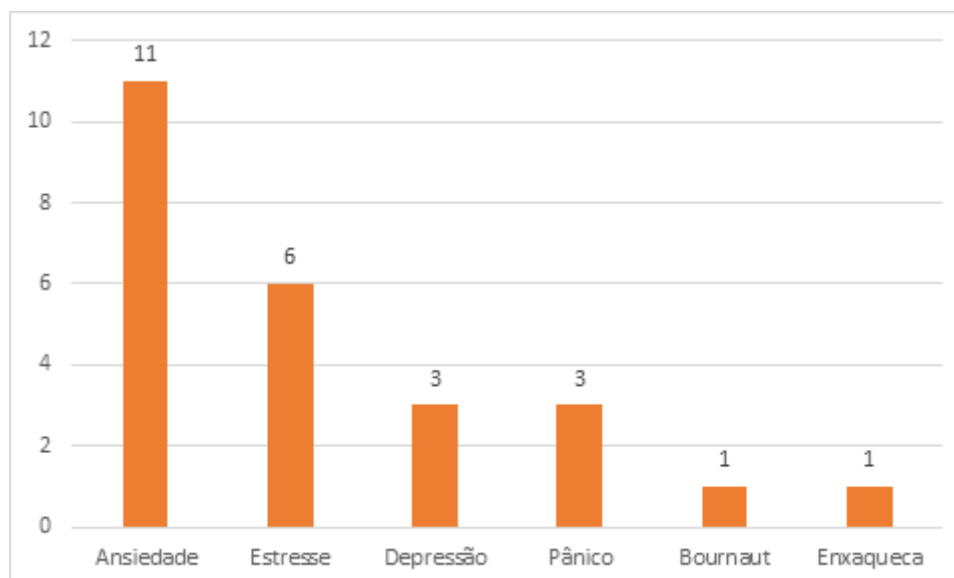
Gráfico 5 - Presença de doenças psiquiátricas que podem ter sido causadas pelo trabalho



Fonte: Elaboração própria.

Depois, perguntamos quais eram as doenças psiquiátricas. As 59,2% pedagogas que responderam afirmativamente à questão anterior, puderam, nessa questão aberta, citar quais doenças vivenciaram ou estavam vivenciando. As respostas analisadas demonstram que a maioria das respondentes alegaram sofrer com mais de uma doença/sintoma, como: ansiedade, depressão, estresse e insônia. A doença/sintoma mais recorrente nas respostas obtidas foi a ansiedade, indicada por 68,7%. Outra doença bastante apontada foi o estresse, com 37,5% das respostas.

Gráfico 6 – Doenças/sintomas de ordem psicológica/psiquiátricas



Fonte: Elaboração própria.

Pesquisas recentes, realizadas com profissionais da educação, tanto na escola básica quanto na superior, revelam que a ansiedade e o estresse têm sido um dos maiores problemas enfrentados pelos profissionais do ensino. Neste sentido, Deffaveri; Méa e Ferreira (2020) argumentam que, entre profissionais da educação básica, investigados em uma amostra de 200 sujeitos, 66,7% dos trabalhadores da rede pública já foram afastados por doenças psiquiátricas, sendo que sintomas relacionados à ansiedade são preponderantes também na rede pública. De forma complementar, Wagner *et al.* (2021) descobriram prevalência de ansiedade, estresse e depressão também entre professores da educação superior. Particularmente sintomas de estresse foram maiores na amostra estudada, sintomas esses frutos de cobranças pelo constante aumento da produtividade.

Ainda relacionado às doenças que podem ter sido causadas pelo trabalho na EPT, procuramos compreender se as pedagogas enfrentaram, nos últimos 24 meses, algum dos sintomas a seguir: a) Insônia, dor nas costas; b) uso regular de medicamentos ou substâncias psicoativas (como drogas, álcool, antidepressivos etc.); c) Irritabilidade, angústia, ansiedade, tristeza, choro frequente; d) Dificuldade de concentração e/ou memória; e) Comportamento violento e/ou agressivo, isolamento social, dificuldade de cooperar, etc. f) Algum outro sintoma. Qual? g) Não tenho apresentado nenhum sintoma. Por se tratar, novamente, de uma questão aberta, as pedagogas tinham a opção de marcar mais de uma resposta, além de poder apontar algum outro sintoma que não foi especificado nas alternativas.

O sintoma mais relatado pelas pedagogas foi a insônia e dor nas costas, assinalado 19 vezes. Outros sintomas muito recorrentes foram: a dificuldade de concentração e/ou memória (apontada 16 vezes); e a irritabilidade, ansiedade, tristeza etc. (indicadas 14 vezes). Esses dados podem ser mais bem visualizados no Gráfico 7:

Gráfico 7 - Sintomas apresentados nos últimos 24 meses

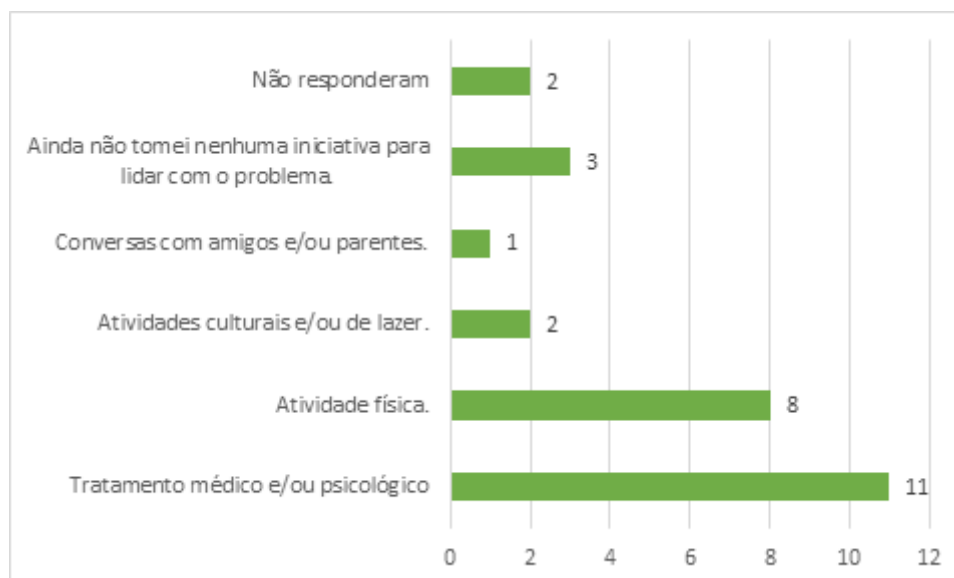


Fonte: Elaboração própria.

Buscando compreender se as pedagogas adotavam alguma estratégia para lidar com os problemas e/ou sintomas psicológicos descritos na questão anterior, os pesquisadores elencaram, em outra pergunta, as seguintes opções: a) tratamento médico e/ou psicológico; b) atividade física; c) atividades culturais e/ou de lazer; d) conversas com amigos e/ou parentes; e) outra estratégia, qual?

A medida adotada para lidar com esses problemas, com maior frequência, foi o tratamento médico e psicológico, selecionada por 40,7%. Outra alternativa muito relatada foi a atividade física, adotada por 29,6% das respondentes.

Gráfico 8 - Principal estratégia para lidar com o problema relatado



Fonte: Elaboração própria.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como questão principal desvendar a relação entre a precarização do trabalho dos pedagogos que atuam na EPT de IFs e o adoecimento ocupacional vivenciado por essa categoria profissional. Com base nos dados coletados por meio do questionário digital, percebemos uma possível correlação, ainda a ser confirmada por outros estudos, entre falta de reconhecimento do trabalho dessas profissionais, insatisfação e adoecimento ocupacional. Tal dado é relevante, pois, embora as pedagogas em questão possuam uma carreira valorizada do ponto de vista da remuneração e benefícios, falta-lhes uma maior valorização e reconhecimento no plano simbólico. Suas queixas, em termos de enfermidades e sintomas, apontam para doenças físicas e emocionais que podem ter conexão com a desvalorização simbólica do seu trabalho, particularmente causada por colegas professores. Logo, nossa hipótese inicial de que poderia existir uma relação entre a precarização do trabalho dessas pedagogas e seu adoecimento no contexto laboral foi confirmada. Por outro lado, a hipótese de que elas são desvalorizadas, ao menos em parte, pelo fato de serem mulheres, carece de outros estudos, particularmente trabalhos que possam comparar o valor atribuído, especialmente por professores, ao trabalho pedagógico masculino e feminino, por meio de observações e entrevistas o que, evidentemente, exigiria uma pesquisa de maior espectro.

Com base no levantamento bibliográfico que realizamos, podemos afirmar que o trabalho dos pedagogos no contexto da EPT ainda é pouco conhecido. E, menos ainda, se tem discutido os desafios enfrentados por esses profissionais e suas possíveis consequências para sua saúde. Isto revela uma premente necessidade de mais pesquisas como a que foi aqui realizada.

Chama a atenção dos pesquisadores o fato de 88,9% das pedagogas participantes da pesquisa já terem sofrido com algum episódio de desvalorização de seu trabalho e, ainda assim, algumas delas preferirem não relatar quem são os principais causadores, mesmo se tratando de uma pesquisa sigilosa, cujo objetivo era fomentar subsídios que pudessem promover e valorizar o seu trabalho. Neste sentido, outras pesquisas se fazem necessárias para aprofundar o entendimento da relação entre gênero, violência simbólica e relações de poder dentro dos IFs.

Por fim, concluímos que o trabalho realizado por pedagogas no contexto da EPT é altamente complexo e repleto de tensas relações, principalmente com os professores. Essas relações, evidentemente, trazem implicações para a gestão institucional dos IFs. É necessário e urgente que os gestores pensem em políticas de valorização do trabalho pedagógico. Ademais, estratégias de formação continuada podem também contribuir para que as pedagogas que trabalham nos IFs desenvolvam mecanismos de resiliência profissional capazes de fazer frente às adversidades.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Tathiane Cecília Enéas de. **Identidade e atuação do pedagogo na educação profissional**: um olhar para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP. 103 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/30304> Acesso em: 20 abr. 2026.

BOURDIEU, Pierre. **La dominación masculina y otros ensayos**. Buenos Aires: Editorial La Página, 2010.

BRASIL. **Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre a estruturação do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação [...]. Planalto, Diário Oficial da União, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm Acesso em: 16 abr. 2026.

CARRIJO, Carolina Ribeiro de Souza; CRUZ, Shirleide Pereira da Silva; e SILVA, Kátia Augusto C.P. Cordeiro da. O trabalho do pedagogo nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: algumas análises. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**. Natal, v. 2, n. 11, p. 2–12, 2016. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/3487> Acesso em: 16 abr. 2026.

CARVALHO, Isabella Abreu. Os desafios do pedagogo na função supervisora em uma instituição de educação profissional. **Holos**, Macapá, v.2, p. 65-74, 2014. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1997> Acesso em: 16 abr. 2026..

CEZAR, Taíse Tadielo. **Um estudo sobre o trabalho das pedagogas no Instituto Federal Farroupilha**: historicidades, institucionalidades e movimentos. 175 f. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/7149> Acesso em: 16 abr. 2026.

CEZAR, Taíse Tadielo. **Tempo de trabalho e trabalho no tempo**: a dialética das (des) integrações no trabalho pedagógico de pedagogos (as) no Instituto Federal Farroupilha. 208 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/22886> Acesso em: 16 abr. 2026.

DEFFAVERI, Maiko; MÉA, Cristina Pilla Della; FERREIRA, Vinícius Renato Thomé. Sintomas de ansiedade e estresse em professores de educação básica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 177, jul./set. 2020. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/6952?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 16 abr. 2026.

FALEIROS, Fabiana *et al.* O uso de questionário online e divulgação virtual como estratégia de coleta de dados em estudos científicos. **Texto e Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 25, n. 4, p. 1-6, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/714/71447791004.pdf> Acesso em: 16 abr. 2026.

FONSECA, Amilde Martins da. **O que podem as pedagogas?** Hierarquia de saberes e gênero numa instituição de ensino tecnológico. Tese (Doutorado em estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/23852> Acesso em: 16 abr. 2026.

FONSECA, Thalita Cavassana Dias da; OLIVEIRA, Walas Leonardo de. O trabalho do pedagogo na educação profissional do Instituto Federal de São Paulo. **Revista Eixo**, Brasília-DF, v. 9, n. 3, p. 52-63, set./dez. 2020. Disponível em: <http://revistaefixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/735> Acesso em: 16 abr. 2026.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Atualidade da divisão sexual e centralidade do trabalho das mulheres. **Política e Trabalho**: revista de ciências sociais, João Pessoa, n. 53, p. 22-34, jun. dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/50869/33131> Acesso em: 16 abr. 2026.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos**: para quê? 12 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

LIMA, Cláudia de Medeiros. **Quem somos eu?** Uma análise sobre a (re) construção das identidades profissionais das pedagogas no IFS/Aracaju. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/4898> Acesso em: 16 abr. 2026.

LORENZET, Deloize; ZITKOSKI, Jaime José. Contribuições pedagógicas em institutos federais: o supervisor escolar, o orientador e o pedagogo técnico-administrativo. **Educação**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 459-468, set./dez. 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/23946> Acesso em: 20 abr. 2026.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MAIA, Eloiza Helena Gonçalves; QUIRINO, Raquel. Violência simbólica de gênero: estudo comparativo sobre o ambiente acadêmico em escolas de educação profissional e tecnológica. **REVES - Revista Relações Sociais**, Viçosa, v. 04, n. 02, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/10422/6213> Acesso em: 16 abr. 2026.

OLIVEIRA, Walas Leonardo de. **A estruturação do habitus professoral**: professores bacharéis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG). 276 f. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Biociências – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/ad56c353-d4a3-450c-ae16-46c5b083f22d> Acesso em: 16 abr. 2026.

RIBAS, Haira Lima. **A ação dos pedagogos no âmbito do instituto federal do Paraná**. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2023. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14532101 Acesso em: 16 abr. 2026.

SANTOS, Victor Hugo dos; NETA, Maria Terezinha Silva. Uma revisão bibliográfica dos efeitos da postura sentada na saúde ocupacional. **Revista FT**, Rio de Janeiro, v. 146, maio 2025. Disponível em: <https://revistaft.com.br/uma-revisao-bibliografica-dos-efeitos-da-postura-sentada-na-saude-ocupacional/> Acesso em: 16 abr. 2026.

VARGAS, Francisco Beckenkamp. Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate, **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 77, p. 313-331, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/ccrh/a/VTKszS8VFPTzDbzJkpQCRMp/?format=pdf&lang%20=pt> Acesso em: 16 abr. 2026.

WAGNER, Thiago Fortes *et al.* Ansiedade social e comorbidades em professores do ensino superior. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 13, n. 4, out./dez. 2021, p. 3-13. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S2177-093X2021000400002&script=sci_arttext&utm_source=chatgpt.com Acesso em: 16 abr. 2026.

Data da submissão: 08/07/2025

Data da aprovação: 29/04/2026